

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.191 - RS (2019/0204559-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
PACIENTE : LUAN SIMAO OLKOSKI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **LUAN SIMÃO OLKOSKI**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no Agravo em Execução n. 70081326365**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções Penais reconheceu a infração disciplinar de natureza grave cometida pelo paciente, consistente na prática de novo delito em 5/9/2016 (fls. 63-66).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, conforme v. acórdão de fls. 95-101 assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. FALTA GRAVE. COMETIMENTO DE NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO. MANUTENÇÃO DO RECONHECIMENTO DA FALTA GRAVE. MANUTENÇÃO DECISÃO RECORRIDA. Apenado cometeu novo delito durante o cumprimento da pena. O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena independe do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

A simples notícia do cometimento é suficiente para caracterizar a falta. Juízo a quo reconheceu a falta grave, nos termos do art. 52 da LEP.

Superior Tribunal de Justiça

Súmula 526 STJ. AGRAVO EM EXECUÇÃO DESPROVIDO. UNÂNIME."

Daí o presente **mandamus**, no qual a Defensoria Pública Estadual sustenta *"ilegalidade da decisão que reconheceu a falta grave e seus consectários legais sem a condenação definitiva pela prática de novo fato"* (fl. 4).

Assere *"negativa de vigência ao art. 118, caput, e inciso I, da Lei 7.210/84 – regressão de regime"* (fl. 5).

Aduz *"ilegalidade da alteração da data-base para novas progressões por falta grave"* (fl. 6).

E argumenta que *"a perda da remição em um terço, sem fundamentação e análise da proporcionalidade de modo individualizado caracteriza coação ilegal à liberdade do paciente, ensejando reforma e cassação da decisão para que se determine o restabelecimento da íntegra da remição, uma vez que o Tribunal coator não fundamentou a razão da perda do direito do preso de acordo com o previsto em lei"* (fl. 10).

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para cassar o v. aresto ora reprochado.

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência à fl. 112.

Informações prestadas às fls. 114-143.

O Ministério Público Federal, às fls. 149-152, manifestou-se pelo não conhecimento do **mandamus**, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO DO WRIT. JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO STF E DO STJ (TURMAS VINCULADAS À 3ª SEÇÃO).

FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE NO ATO JUDICIAL IMPUGNADO AUTORIZADORA DA CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.

PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT"

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Busca-se, na presente impetração, em síntese, o afastamento da falta grave reconhecida pelas instâncias ordinárias, sob o argumento de ser imprescindível, no caso concreto, que se aguarde o trânsito em julgado de sentença que eventualmente condenará o paciente pela prática de crime doloso no curso da execução penal. Insurge-se, também, em face de eventual regressão de regime, alteração da data-base para nova progressão de regime e perda dos dias remidos, consectários do reconhecimento da falta grave.

Para melhor delimitar a **quaestio**, destaco os seguintes trechos do voto condutor do v. acórdão combatido (fls. 99-100 - grifei):

"Adianto que mantenho o reconhecimento da falta grave e os respectivos consectários legais.

Com efeito, conforme se verifica dos autos, o agravante no curso do cumprimento de pena passou a responder a ação penal nº 132/21600034646, o que, por si só, caracteriza falta grave, nos termos do art.

Superior Tribunal de Justiça

52 da LEP.

Em razão do cometimento de novo delito, o juízo a quo reconheceu a prática de falta grave, de forma correta.

De se consignar que o art. 52 da LEP tipifica como falta de natureza grave a simples 'prática de fato previsto como crime doloso' e, no caso concreto, está o apenado a responder por novo crime, embora ainda sem decisão final, conforme consulta ao site deste Tribunal, já sendo entendimento assente nesta Corte e no STJ que o reconhecimento da falta grave não depende do trânsito em julgado da condenação pelo novo crime, conforme precedentes abaixo colacionados: (...).

Aliás, a matéria é sumulada no STJ: 'Súmula 526: O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.' No ponto, nesta Corte, o entendimento está sedimentado no sentido de que a prática de falta grave tem como corolário lógico a regressão de regime de cumprimento de pena para o imediatamente mais gravoso, alteração da data-base para o cálculo de futura progressão e perda de até 1/3 dos dias remidos.

No caso concreto, sequer foram aplicadas penalidades ao apenado pelo reconhecimento da falta grave.

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO."

De acordo com art. 52 da Lei n. 7.210/1984, constitui falta grave a prática de fato definido como crime doloso no curso da execução.

E, segundo dispõe o enunciado n. 526 da Súmula desta Corte Superior, **"O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."**

Nesse mesmo diapasão os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. DESCLASSIFICAÇÃO DAS CONDUTAS. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. DESOBEDIÊNCIA DE ORDEM DE AGENTE PENITENCIÁRIO. DEIXAR DE RECARREGAR TORNOZELEIRA ELETRÔNICA. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. PRÁTICA DE CRIME DOLOSO. FALTA GRAVE. PRESCINDIBILIDADE DE CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO

Superior Tribunal de Justiça

EM JULGADO. SÚMULA N. 526 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. REGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. É incabível a discussão acerca da desclassificação da infração disciplinar grave, porquanto tal tarefa demandaria o reexame de todo o acervo fático-probatório, o que é inadmissível na via estreita do habeas corpus. Ademais, vale registrar que se consolidou neste Tribunal Superior de Justiça "entendimento no sentido de que a desobediência aos agentes penitenciários constitui-se em falta grave, a teor do art. 50, VI, c/c o art. 39, II e V, ambos da Lei de Execuções Penais" (HC n. 377.551/SP, QUINTA TURMA, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 28/3/2017).

3. Nos termos do enunciado da Súmula n. 526, "o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

4. O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP).

5. A perda de 1/6 dos dias remidos encontra-se devidamente fundamentada na natureza e nas circunstâncias da infração cometida pelo ora paciente, em consonância com o art. 127 c/c o art. 57 da Lei de Execução Penal - LEP.

Habeas corpus não conhecido." (HC 414.299/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 20/06/2018)

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRÁTICA DE NOVO CRIME DOLOSO. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE.

Superior Tribunal de Justiça

PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PERCENTUAL MÁXIMO. POSSIBILIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. Consolidou-se nesta Superior Corte de Justiça diretriz jurisprudencial no sentido de que, a teor do art. 118, I, da LEP, o reeducando que comete fato definido como crime doloso no curso da execução penal pode ser regredido de regime prisional - alterando-se a data-base para concessão de benefícios, com perda dos dias remidos -, mesmo sem o trânsito em julgado da sentença penal condenatória referente ao novo delito.

3. De outra parte, este Tribunal firmou entendimento no sentido de que a natureza especialmente grave da falta disciplinar justifica a adoção do percentual máximo de perda dos dias remidos (art. 127 da Lei de Execução Penal - LEP).

4. Habeas corpus não conhecido." (HC 396.269/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017)

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE NOVO DELITO. APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. DESNECESSIDADE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. ENUNCIADO SUMULAR Nº 526 DESTA CORTE SUPERIOR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma.

2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC

Superior Tribunal de Justiça

433.236/MG, **Sexta Turma**, Rel^a. Min^a. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 11/05/2018, grifei).

Portanto, **inviável o afastamento da falta grave**.

No mais, conforme se depreende do **decisum** de primeiro grau, bem como foi destacado no v. aresto do agravo em execução, ***não "foram aplicadas penalidades ao apenado pelo reconhecimento da falta grave"***, não havendo, portanto, o que decidir no ponto neste **writ**.

Ante todo o exposto, **não conheço do habeas corpus**.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator